

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.672 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2003

Comissão aprova aumento da pena máxima para 40 anos

Proposta de José Sarney foi acolhida por unanimidade na CCJ e já está na pauta do Plenário. Texto também amplia punição para autor de homicídio contra agentes do Estado, como magistrados e policiais

Célio Azevedo



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem, por unanimidade, proposta do senador José Sarney que altera o Código Penal de forma a aumentar o tempo máximo de cumprimento de pena de 30 para 40 anos. O projeto de lei, considerado uma resposta do Senado ao crescimento da criminalidade, foi relatado pelo senador Amir Lando. O texto aprovado também determina que homicídio cometido contra agentes do Estado – como magistrado, membro do Ministério Público, jurado ou policial – seja considerado qualificado, elevando a pena, que atualmente é de 12 a 30 anos, para 20 a 40 anos de reclusão. A matéria já está incluída na pauta do Plenário.

CCJ debateu crescimento da criminalidade e aprovou projeto de Sarney que aumenta tempo de cumprimento de pena

PÁGINA 3

Ministro debate em Plenário avanço da criminalidade

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, participa hoje, a partir das 14h30, de audiência pública no Plenário do Senado, dando seqüência à série de debates entre os senadores e ministros, iniciada há duas semanas. Os recentes episódios de violência – assassinatos de juízes em São Paulo e no Espírito Santo e distúrbios no Rio de Janeiro – devem dominar as discussões.

Thomaz Bastos também deve se pronunciar sobre propostas em tramitação no Congresso que tratam do combate à violência.

Subcomissão busca melhorias para a saúde pública no país

PÁGINA 6

Governo pode ser obrigado a divulgar licitações na Internet

PÁGINA 5



José de Araújo



Célio Azevedo

Líder do PMDB, Renan Calheiros, anunciou acordo com PSDB e PFL, apoiado por Fernando Bezerra, do PTB

Líderes querem iniciar pelo Senado tramitação da reforma tributária

PÁGINA 8

Julgamento de acusados de improbidade administrativa deve ter prioridade

PÁGINA 5

Sarney e Alfonsín querem estreitar relações entre Brasil e Argentina

Em almoço realizado ontem, o presidente do Senado e o ex-governante argentino discutiram alternativas para fortalecer laços entre os dois países e novos caminhos para o Mercosul

Secretária da igualdade racial visita o Senado

A secretária especial de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, acompanhada pelo vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS), foi recebida ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Os três conversaram a respeito do projeto de Sarney que estabelece cotas para os negros nas universidades, que tramita na Câmara anexado ao Estatuto da Igualdade Racial, de iniciativa de Paim.

— Tive oportunidade de reitar à secretária que me encontro profundamente integrado à causa da raça negra no Brasil, desde quando, ainda jovem, participei da luta pela Lei Afonso Arinos contra a desigualdade racial. É um débito que todos nós brasileiros temos com a raça negra — afirmou Sarney.

O presidente do Senado recorreu também ter criado a Fundação Palmares, destinada a ampliar a área de proteção aos direitos dos negros no Brasil, quando foi presidente da República.

Em seguida, o presidente da Casa recebeu a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que, ao lado de Paim, acompanhava os deputados Gilmar Machado (PT-MG) e Luís Alberto (PT-BA). Os parlamentares entregaram a Sarney convite para o Congresso Pan-Americano de Parlamentares Negros, primeiro do gênero no continente. Sarney garantiu sua presença no evento, que se realizará de 3 a 5 de setembro, em espaço cedido pela Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado, José Sarney, almoçou ontem com o ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, com quem discutiu formas de tornar mais estreitos os laços de amizade e respeito mútuo entre Brasil e Argentina.

O almoço foi na residência oficial do embaixador argentino, Juan José Uranga, e teve também a participação do senador Marco Maciel (PFL-PE) e do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores.

— Alfonsín foi um dos maiores amigos que o Brasil já teve aqui no continente, é um grande esta-



Para José Sarney (E), Alfonsín é "um grande estadista e um dos maiores amigos do Brasil"

disto, um homem das Américas. Com ele foi possível a criação dessa unidade Brasil-Argentina, a criação do Mercosul (acordo de livre comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e de toda essa política de integração

Mercosul. Nessa oportunidade, eles discutirão os caminhos que os países integrantes desse mercado comum deverão trilhar, e principalmente como os parlamentos poderão participar dessas decisões.

CCJ aprova 1º de outubro como Dia do Idoso

Parecer da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) que considera não haver qualquer impedimento constitucional para a fixação do Dia Nacional do Idoso foi aprovado ontem pelo plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caberá agora à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisar o mérito da proposta.

O projeto, de autoria do deputado Wellington Fagundes (PL-MT), define o dia 1º de outubro como a data para homenagear o idoso brasileiro, acompanhando a comemoração internacional de-



Parecer de Serys destaca necessidade de ações para integrar idosos à sociedade

cida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A senadora Serys destaca em

seu parecer que o crescimento do número de brasileiros com mais de 60 anos mostra "o imperativo da implementação de ações que modifiquem formas culturais de compreensão da velhice" e contribuam para promover a integração do idoso à sociedade.

Na reunião, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) pediu o adiamento para apresentação do seu parecer sobre o projeto do deputado licenciado Agnelo Queiroz, atual ministro do Esporte, que disciplina o controle e a comercialização de soda cáustica.

EXPOSIÇÃO REÚNE OBRAS DE ARTISTAS MARANHENSES

José Sarney, presidente do Senado, visitou ontem a exposição *Três Artistas do Maranhão*, com obras de Jesus Santos, Dila e Cordeiro do Maranhão. "São artistas extraordinários", disse Sarney, que elogiou a organizadora Fernanda Mil-Homens por reunir os pintores para mostras em São Paulo, Brasília e Nova York. "Com essa iniciativa, a marchand dá aos admiradores da pintura a oportunidade de se encantar com a genuína beleza da obra desses maranhenses", afirmou o senador.



Gerardo Magela

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2003

Presidente
José Sarney

12h — Recebe Ahmed El Kadiri, vice-presidente da Câmara dos Senadores do Marrocos, acompanhado dos senadores Mohamed Jaouhari e Mustapha El Yemli e do embaixador do Marrocos, Abdelmalek Cherkaoui Ghazouani

14h15 — Recebe o ministro Márcio Thomaz Bastos, acompanhado pelo senador Aloizio Mercadante

PLENÁRIO

14h30 — Comparecimento do ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, que prestará esclarecimentos sobre violência urbana e descriminalização de drogas.

COMISSÕES

9h30 — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática
Pauta: eleição do presidente e vice-presidente da subcomissão. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLC 1/03 que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor; Ofício "S" 9/02, que encaminha exemplar do Requerimento 362/02, aprovado pela Câmara Municipal de Mauá (SP), através do qual solicita instauração de sindicância para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, notadamente no Hospital de Clínicas Dr. Nardini; PLS 84/02, que altera a Lei 9.503/97 (institui o Código de Trânsito Brasileiro para fixar prerrogativa em benefício de pessoas portadoras de deficiência); Diversos 42/97, que encaminha ao Senado cópia da decisão adotada pelo Tribunal de Contas da União referente a atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genevieve, no bairro de Santa Teresa, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro; entre outros matérias. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: PDL 7/03, que aprova os textos dos Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil; e audiência pública com os embaixadores do Reino Unido, Roger Bone, e dos Estados Unidos, Donna Hrinak, para falarem sobre o ataque ao Iraque. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

10h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: oitiva dos jornalistas da revista IstoÉ Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha, nos autos da Denúncia nº 1/03. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

Após a sessão plenária — Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Pauta: comparecimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com a finalidade de prestar esclarecimentos adicionais relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Gerardo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ aprova aumento do tempo máximo de reclusão

Proposta de José Sarney, com parecer favorável de Amir Lando, foi acolhida por unanimidade. Texto prevê também maior rigor na punição de homicídios cometidos contra agentes do Estado

Malta: senadores conhecerão estrutura da "Mãos Limpas"

O senador Magno Malta (PL-ES) anunciou ontem que o Senado enviará uma comissão de três senadores à Itália, para examinar a estrutura da operação "Mãos Limpas". O objetivo, disse, é identificar que medidas do programa italiano podem ser adotadas no Brasil contra o crime organizado. Ele será um dos integrantes da comissão.



Magno Malta será um dos integrantes da comissão de senadores

adotadas, mas não é tarde demais para fazê-lo", observou.

Entre as principais medidas, Magno Malta citou aumento da dotação orçamentária para o programa de proteção das testemunhas, criação de presídios federais de segurança máxima, aumento do número de procuradores, criação de cargos de corretores em nível estadual e municipal e colocação do combate ao narcotráfico sob responsabilidade exclusiva da Polícia Federal.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a medida mais eficaz para melhorar o combate à violência e ao crime organizado no Brasil será melhorar o salário dos policiais de todos os níveis, facilitar-lhes a compra da casa própria e dar às suas esposas a oportunidade de ter uma ocupação para aumentar a renda familiar.

Advogado dativo pode ser equiparado a defensor público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na reunião de ontem relatório do senador Pedro Simon (PMDB-RS) favorável ao projeto de lei da Câmara que equipara aos defensores públicos os advogados designados pela Justiça para prestar assistência jurídica gratuita. Segundo Simon, a legislação atual exclui os advogados dativos dos benefícios dados aos defensores públicos, como a prerrogativa de ser intimado pessoalmente e de ter os prazos previstos em lei (para recursos, apresentação de contestações etc.) contados em dobro.

Simon explicou que a Lei nº 1.060, de 1950, limita as prerrogativas aos defensores pertencentes a órgão estruturado para assistência jurídica gratuita e, dessa forma, o profissional designado para defender uma pessoa que não tem condições de

contratar advogado fica excluído dos benefícios legais.

— A lei resulta em flagrante incoerência, pois advogados dativos são necessários exatamente onde não existem defensorias públicas. Com o acréscimo sugerido pelo projeto, o benefício passará a alcançar os advogados não pertencentes àquela estrutura — disse Simon.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) destacou que há carência de defensores públicos nos estados. Da mesma forma, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) lembrou que em muitos estados não há defensoria pública.

— Muita gente trabalha na assistência jurídica gratuita. O projeto pretende dar a essas pessoas, que exercem função equivalente à de defensor público, a possibilidade de trabalhar em igualdade de condições — defendeu Demostenes.

Por unanimidade, os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO), favorável ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que altera o Código Penal de forma a aumentar o tempo máximo de cumprimento de pena de 30 anos para 40 anos. A matéria, que tramita em urgência, já está na pauta de votações do Plenário.

A proposta de Sarney ainda determina que homicídio cometido contra magistrado, membro do Ministério Público, jurados ou policiais, mesmo sem intenção de intimidação, seja considerado qualificado, elevando a pena de 12 anos a 30 anos para 20 anos a 40 anos de reclusão. Lando apresentou emenda para que os profissionais listados no texto original sejam abarcados pelo termo "agentes do Estado, em decorrência do exercício do cargo ou função". De acordo com o parecer aprovado, o projeto também sugere pena superior para os agentes do Estado que cometerem crimes em decorrência da função exercida.

Os membros da CCJ aplaudiram a iniciativa do Senado de dar uma res-



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova relatório do senador Amir Lando, favorável ao projeto

posta à criminalidade, mas se mostraram preocupados com o impacto que o projeto pode ter sobre o restante do Código Penal, pois o aumento do limite para 40 anos pode levar quem comete mais de um crime, mesmo que considerados leves, a maior tempo de reclusão.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) sugeriu que a proposta sirva como incentivo para uma remodelagem completa das penas do Código Penal. Com a ampliação do limite, ele apresentou emendas ao projeto original para que os crimes de latrocínio (roubo seguido de

morte) e de extorsão mediante seqüestro seguido de morte passem a ter pena máxima de 40 anos.

Magno Malta (PL-ES) louvou a iniciativa de Sarney. Segundo ele, o país está vivendo um momento crítico, e cabe ao Senado oferecer instrumentos para que a Justiça possa punir os criminosos.

Para o senador Sibá Machado (PT-AC), o grande problema é o da impunidade. "Não basta aumentar ou reduzir o prazo da penalidade", argumentou, "o criminoso precisa perder o patrimônio adquirido pela prática de crime".

Azeredo defende restrição a armas de fogo

Inconformado com o ritmo acelerado de crescimento da violência no país, especialmente em Minas Gerais, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu ontem a retomada do debate sobre a restrição ao porte de armas de fogo. Segundo ele, existe um forte lobby dos fabricantes de armas, mas isso não é motivo para os parlamentares desistirem de criar restrições ao porte.

Eduardo Azeredo disse que o Senado deve tomar a dianteira nesse debate e lembrou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, debaterá hoje com os senadores em Plenário. Ele ainda defendeu a integração das polícias Civil e Militar, e soluções contra as fugas e rebeli-



Azeredo propõe que Senado tome a dianteira no debate

ões de presos. "Nelson Jobim era ministro da Justiça em 1995 quando lançou um programa de construção de penitenciárias. Para Minas Gerais, estava prevista a construção de cinco presídios. Até hoje, nenhum foi construído", concluiu.

Valadares sugere proibir porte em ônibus

Na sessão plenária de ontem, o líder do PSB no Senado, Antonio Carlos Valadares (SE), apresentou projeto que prevê a proibição do porte de armas de fogo no interior de veículos que operam linhas de transporte interestadual ou internacional de passageiros. O expressivo aumento no registro de assaltos a ônibus nas estradas do país, que chegou a quadruplicar, no ano passado, em 14 dos 26 distritos monitorados pela Polícia Rodoviária Federal,



Valadares cita dados sobre aumento de assaltos nas estradas

motivou a proposta, cujas restrições se estendem às modalidades de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário e aquaviário, explicou o senador.

Caberá às transportadoras, conforme o projeto, a responsabilidade pela identificação do porte de armas de fogo entre os passageiros. Ficará a seu critério, porém, efetuar esse controle por meio de detectores de metal fixos ou portáteis, que poderão ser instalados

nos terminais ou nos veículos.

A exceção prevista no projeto é quanto à possibilidade de uso de armamento por policiais e militares. Entretanto, o transporte desse material deverá ocorrer em veículo de carga ou em compartimento de carga de veículo de transporte de passageiros. O senador pretende inibir, principalmente, a prática do assalto à mão armada nas estradas.

— Entre os estados com maior número de assaltos em rodovias, em 2002, figura Sergipe, cujo número de ocorrências subiu de 14, em 2001, para 71, em 2002, um aumento de 407% — informou Valadares.

Efraim quer refinaria da Petrobras na Paraíba

Unidade pode se instalar na região do semi-árido, já que o estado dispõe de porto, estradas e mão-de-obra qualificada. Iniciativa seria mais eficaz “que ações benemerentes do Fome Zero”, afirma senador

A polêmica sobre a futura localização da refinaria de petróleo que a Petrobras pretende construir foi o tema do discurso do senador Efraim Moraes (PFL-PB), que defendeu a sua instalação na região do semi-árido paraibano. Segundo ele, o estado dispõe de porto, estradas e mão-de-obra qualificada e a refinaria seria mais eficaz do ponto de vista econômico e social que “ações benemerentes do Fome Zero ou de outras rubricas assistencialistas”.

Efraim informou que, na semana passada, deputados federais nordestinos encaminharam requerimento à Comissão de Minas e Energia da Câmara para a realização de audiência pública destinada a discutir a instalação da refinaria com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o presi-



Efraim Moraes ressaltou que o país precisa reduzir as importações de petróleo leve

dente da Petrobras, José Eduardo Dutra; e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Sebastião do Rego Barros.

O senador ressaltou que o Brasil precisa de nova refinaria para poder reduzir as importações de petróleo leve, que têm gerado, na balança comercial, déficit de US\$ 1,4 bilhão na operação de ex-

portar petróleo pesado e importar petróleo leve. Ele explicou que para cada barril de petróleo nacional pesado exportado, perdem-se US\$ 11 em relação ao barril do petróleo leve importado.

O discurso de Efraim recebeu 11 apartes dos senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Roberto Saturnino (PT-RJ), Ney Suassuna (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), João Alberto Souza (PMDB-MA), César Borges (PFL-BA), Magno Malta (PL-ES), Aelton Freitas (PL-MG), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). Todos os senadores destacaram a validade da luta pela instalação da refinaria na Região Nordeste e a sua importância para diminuir as desigualdades regionais.

Ideli critica adiamento da duplicação da BR-101

A nota oficial divulgada na terça-feira pelo Ministério dos Transportes, solicitando prazo de mais 60 dias para concluir as negociações relativas ao financiamento das obras de duplicação da BR-101 no trecho entre os municípios de Florianópolis (SC) e Osório (RS), foi criticada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Além de falar sobre a importância econômica da obra, ela destacou que a duplicação contribuiria para evitar muitas mortes. Somente nos primeiros três meses deste ano, 32 pessoas perderam a vida e outras 387 ficaram feridas no trecho sem duplicação.

De acordo com a nota assinada pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério dos Transportes, o ministro Anderson Adauto determinou à sua equipe técnica que conclua as negociações ainda em curso com organismos multilaterais de financiamento antes de retomar o processo de licitação da BR-101. Também explica que nova negociação foi iniciada para compensar a desistência do Japan Bank for International Cooperation (JBIC) do grupo que financiaria a obra.



Ideli Salvatti

Leonel Pavan contesta afirmação da senadora

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) contestou declarações feitas pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) de que o ex-presidente Fernando Henrique não teria cumprido promessa, feita em 1994, de duplicar a BR-101. Segundo Pavan, cerca de 600 quilômetros da estrada foram duplicados, faltando, apenas, 250 para a conclusão da obra.

O senador declarou que, se não fosse o pedido da equipe de transição de Luiz Inácio Lula da Silva para que a licitação desse trecho da estrada fosse paralisada, certamente a obra teria sido levada adiante.

— Agora estamos ameaçados de perder os financiamentos provenientes do Japão — observou.

Pavan disse que Fernando Henrique cumpriu a maior parte das promessas que fez a Santa Catarina.

O senador citou o caso do PT, que sempre afirmou que dobraria o valor do salário mínimo e, quando virou governo, não o fez.

Em questão de ordem, Ideli Salvatti observou ter dito, apenas, que a nota do Ministério dos Transportes causou revolta em Santa Catarina, uma vez que essa promessa foi feita por Fernando Henrique, em 1994.



Leonel Pavan

Aprovada homologação de duas reservas indígenas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à homologação de duas reservas indígenas — Bandjonkôre, no Pará, e Cuiú-Cuiú, no Amazonas — que já foram demarcadas. Mas cinco outras áreas localizadas em Roraima deverão ter a homologação retardada, até que sejam consultados representantes dos governos federal e estadual sobre o tema.

É o que prevê o parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que foi acolhido pela comissão por maioria dos votos. Posicionaram-se contra os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), João Capiberibe (PSB-AP), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Sibá Machado (PT-AC).

O pronunciamento da CCJ foi solicitado pelo presidente do Senado, José Sarney, que deve transmitir de imediato sua posição ao Gabinete de Segurança Institu-

cional da Presidência da República, como explicou o presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), para justificar a impossibilidade de aceitar o pedido de vista solicitado pelos quatro senadores que votaram contra o parecer.

Jucá recomendou, em seu relatório, que as outras cinco áreas — Jacamim, Waiwái, Moskow, Muriru e Boqueirão — fiquem com suas homologações sobrestadas até que representantes dos governos estadual e federal consigam encontrar soluções para resolver os conflitos em todas as terras indígenas daquele estado.

O senador ponderou que a homologação dessas áreas, onde não vê problemas demarcatórios, poderá acirrar os conflitos em outras terras indígenas, como na Raposa Serra do Sol e na região da rodovia BR-174.

Ana Júlia propõe maior compensação por lavra mineral

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu o apoio dos senadores a projeto de sua autoria que altera a legislação que criou a compensação financeira sobre extração mineral, ampliando os recursos destinados aos estados e criando uma alíquota para os municípios onde se situa a lavra. Ela também informou que duran-

te a reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) será instalada uma subcomissão para estudar o assunto.

Ana Júlia citou o caso do Pará, que hoje é a maior província mineral do mundo, contribuindo de forma significativa com a balança comercial brasileira, mas tendo poucas compensações. Isso ocor-

re, disse a senadora, porque a exportação de produtos primários ou semi-elaborados não paga Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo informou Ana Júlia, atualmente o valor da compensação financeira do ferro é de 2%, enquanto os valores pagos aos estados que produzem petróleo

variavam entre 5% e 10%. Ela explicou que para chegar à proposta apresentada na forma de projeto de lei pesquisou as alíquotas de vários países.

Para ressaltar a importância de os estados e municípios serem compensados pela exploração de minérios em seu território, Ana Júlia citou o caso de Canaã dos



Ana Júlia sugere alíquota para municípios

Carajás, município que irá sediar um projeto de exploração de cobre: a população dobrou antes que o projeto tenha sido iniciado.

Projeto inclui informações turísticas nos cadernos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) a projeto do deputado Ronaldo Vasconcellos, determinando a veiculação de informações turísticas em todo material didático distribuído gratuitamente a alunos da rede pública de ensino do país. O projeto vai agora para exame da Comissão de Educação.

De acordo com a proposta, livros e cadernos adquiridos com recursos da União deverão conter espaço reservado às informações sobre locais de interesse turístico, com a inclusão dos seguintes elementos: localização geográfica, resumo das opções de lazer disponíveis, aspectos culturais e ambientais e número do telefone do órgão oficial de turismo do estado onde estiver situado o local turístico.

Brasil pode doar corveta da Marinha à Namíbia

A doação de uma corveta da Marinha à República da Namíbia foi considerada constitucional pelos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), reunidos ontem. O projeto de lei terá o seu mérito apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), destacou os argumentos do Ministério da Defesa, mostrando a importância da iniciativa para estreitar o relacionamento entre os dois países, principalmente "nos assuntos relacionados com os problemas navais e marítimos". Existe um Acordo de Cooperação Naval, assinado em dezembro de 2001, que prevê a ajuda brasileira para aparelhar a marinha da Namíbia.

Na justificativa, o então ministro da Defesa Geraldo Quintão explica que o Programa de Reaparelhamento da Marinha decidiu desincorporar a corveta *Purus*, que está obsoleta e desgastada por décadas de uso. Uma comissão de vistoria avaliou como "antieconômica" a manutenção para a Marinha — o valor do barco seria de R\$ 443 mil, enquanto seriam necessários R\$ 350 mil para colocá-lo em condições de operação.

OUTROS PROJETOS

A CCJ acatou relatório do senador Luiz Otávio e rejeitou projeto de lei oriundo da Câmara do Deputados estabelecendo a obrigatoriedade do Executivo enviar, junto com a proposta orçamentária anual, um documento contendo os compromissos governamentais de metas inflacionárias e de emprego. O documento seria trimestral e elaborado em conjunto pelos Ministérios da Fazenda e



Luiz Otávio, no relatório, citou argumentos do Ministério da Defesa favoráveis à doação

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O relator considerou que os objetivos da proposta já estão atendidos nos projetos relativos à matéria orçamentária que o Executivo submete ao Congresso Nacional, como o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e o do Orçamento Geral da União (OGU).

A proposta de conceder imunidade tributária às instituições sem fins lucrativos que apoiam as micro e pequenas empresas foi retirada da pauta da CCJ a pedido de seu autor, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), depois de uma discussão sobre a abrangência da matéria.

Também indicado relator para o projeto, o senador Luiz Otávio resolveu abrir mão de apresentá-lo em favor de um estudo melhor de como beneficiar apenas o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), proposto por Suassuna ao senador Sibá Machado (PT-AC), que havia apresentado voto em separado contrário à matéria.

Governo deve divulgar licitações pela Internet

Orgãos da administração pública teriam que informar na rede mundial detalhes e resultados das concorrências

Todos os órgãos da administração pública, incluindo autarquias e fundações, poderão ser obrigados a divulgar em suas respectivas páginas da Internet dados e informações relativos às licitações em andamento, bem como os seus resultados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta, que será agora examinada em Plenário.

Acolhido pela comissão, o substitutivo, elaborado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) a partir de projeto original do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), indica que caberá ao poder público estabelecer normas de padronização do conteúdo e apresentação das informações a serem divul-



Mercadante, autor do projeto: acesso facilitado do cidadão às compras do governo

gadas nas diversas fases do processo de licitação. Ainda de acordo com o texto, os resultados das licitações deverão incluir, obrigatoriamente, o detalhamento dos custos totais e a identificação das pessoas físicas ou jurídicas ven-

Célio Azevedo

cedoras da licitação.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) observou que, uma vez convertido em lei, o projeto será importante para a transparência das licitações públicas, já que qualquer cidadão, ao acionar a Internet, terá plena condição de saber onde os recursos públicos estão sendo aplicados. O relator Jefferson Péres concordou com Capiberibe e disse que a medida democratiza os atos públicos.

Na mesma reunião, a CCJ rejeitou projeto da Câmara que alterava a forma do processo de reabilitação criminal, ou seja, que passaria a ser feita por meio de ofício por parte do respectivo juiz e não mais de requerimento do interessado, como ocorre atualmente.

Processos contra corruptos ganham prioridade

Parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) a projeto da Câmara dos Deputados que dá tratamento prioritário e tramitação mais rápida a processos de improbidade administrativa foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria vai agora para análise do Plenário do Senado.

Pelo projeto, todos os processos enquadrados na Lei da Improbidade Administrativa (nº 8.429/92) terão prioridade sobre os demais, tramitando e tendo início inclusive nos períodos de férias e recessos forenses. Para Juvêncio da Fonseca, a proposta é oportuna e tem por meta aprimorar os mecanismos jurídico-processuais contra a corrupção.

Estarão sujeitos a tratamento prioritário na Justiça todos os processos enquadrados na Lei da Improbidade Administrativa contra agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.



Juvêncio da Fonseca, relator do projeto: tramitação rápida



Na reunião de ontem da CFC, os senadores decidiram ouvir ex-dirigentes do Produban sobre o processo de liquidação do banco

Comissão solicita dados sobre investigação do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento dos senadores do PDT do Paraná, Osmar Dias e Álvaro Dias, pedindo informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre processos que investigam contratações de produtos e serviços de informática pela administração pública federal — alvos de denúncias de irregularidades pela imprensa.

A comissão também aprovou requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) convidando técnicos para prestar esclarecimentos sobre a liquidação do Banco do Estado de Alagoas (Produban). São eles o diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, e o ex-liquidante do banco José Maria Cabral da Rocha.

A senadora espera que a presença de ambos esclareça por que R\$ 96 milhões, referentes a 80% do valor destinado ao pagamento de credores diversos, foram destinados ao Banco Econômico. Heloísa Helena também deseja saber por que esse pagamento foi realizado desrespeitando a legislação vigente, que determina prioridade para o pagamento de trabalhadores.

A comissão aprovou ainda relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) dando conhecimento à CFC de decisões e acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). As matérias foram arquivadas. A reunião da subcomissão de Fiscalização das Agências Reguladoras, vinculada à CFC, foi adiada para a próxima semana.

Jane de Araújo

Subcomissão quer melhor atendimento na saúde

Presidente do colegiado anuncia que deverão ser ouvidos em audiência pública representantes da área biomédica, principalmente do setor público, em que se concentram as maiores dificuldades

Fazer um diagnóstico da saúde pública no país e apresentar propostas capazes de melhorar a qualidade no atendimento para beneficiar o maior número de pessoas que dele necessitar deve ser a principal meta das atividades da Subcomissão Temporária da Saúde, conforme afirmou o senador Papaléo Paes (PTB-AP). Ele foi eleito ontem presidente do colegiado para os próximos 180 dias.

Com esse objetivo, Papaléo informou que a subcomissão deverá ouvir representantes de segmentos da área biomédica — médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, fisioterapeutas —, principalmente do setor público, onde se concentram as maiores dificuldades sociais.

Escolhido para ser o relator da subcomissão, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou a importância da criação do novo colegia-



Papaléo Paes: propostas do novo órgão deverão beneficiar o maior número de pessoas

do, uma vez que o Senado não dispõe de uma comissão que trate exclusivamente das questões relacionadas à saúde.

Na condição de médico e de governador do seu estado, Mão Santa defendeu a criação de uma nova política salarial para médicos e enfermeiros. Segundo ele,

os últimos governos reduziram de seis para três salários mínimos o piso salarial da categoria.

— Nós, aqui na subcomissão, temos de rever esse quadro, pois precisamos pagar aos médicos pelo menos o que recebe um juiz — propôs Mão Santa.

Eleito vice-presidente da subcomissão, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) propôs que o presidente do Conselho Nacional de Odontologia (CNO) seja convidado para discutir com os senadores a ampliação do atendimento odontológico nos serviços públicos de saúde.

Os senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Reginaldo Duarte (PSDB-CE) e Renildo Santana (PFL-SE) também destacaram a importância dos trabalhos da subcomissão e relataram experiências que tiveram em seus estados na área de saúde.

Hipertenso pode ter medicamento gratuito

Projeto apresentado ontem pelo senador Papaléo Paes (PTB-AP) determina que os portadores de hipertensão arterial receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde (SUS), toda a medicação necessária a seu tratamento. De acordo com a proposta, o Ministério da Saúde selecionará os remédios a serem utilizados, com vistas a orientar a aquisição pelos gestores do SUS nos níveis nacional, estadual e municipal.

A implementação da lei será financiada com recursos do Orça-

mento da Seguridade Social da União, Distrito Federal, estados e municípios, prevê ainda a matéria. O senador considera que, ao lado de medidas de prevenção, o acesso aos medicamentos é necessário para controlar a doença ao nível clínico. Papaléo adverte que sem esse conjunto de intervenções não se obterá o controle da doença no país.

Papaléo explica que a hipertensão atinge entre 15 e 20 milhões de pessoas, afetando-as na fase mais produtiva de suas vidas. O

senador acrescenta que é igualmente elevado o número de pessoas internadas às custas do SUS em razão de hipertensão arterial e de suas complicações, dentre as quais destacam-se as doenças cardiovasculares, sendo significativos os gastos públicos e privados com o tratamento.

Ele argumenta que a proposta promoverá a melhoria de vida de parcela da população, o aumento da produtividade e a redução dos gastos públicos com a assistência a doenças cardiovasculares.

Sibá anuncia emendas para aperfeiçoar a MP da soja

Os parlamentares do Núcleo Agrário do PT vão apresentar três emendas à Medida Provisória nº 113, que estabelece normas para a venda de soja da safra de 2003, anunciou ontem o senador Sibá Machado (PT-AC).

A primeira emenda propõe que o Poder Executivo poderá adotar medidas de estímulo à exportação da safra de soja transgênica de 2003, ficando vedada a destinação desse produto para o mercado interno. De acordo com o senador, a emenda tem o objetivo de preservar o princípio constitucional da precaução, para não submeter a

população brasileira aos incertos impactos dos organismos geneticamente modificados no meio ambiente e na saúde. O senador explicou que será proposta a liberação da venda de soja transgênica para os mercados que não fazem restrição a esse produto.

De acordo com Sibá Machado, a segunda emenda procura garantir compensação mínima aos produtores que se mantiverem na legalidade, dando-lhes preferência na contratação de financiamento para o custeio da safra de soja de 2003/2004 junto às instituições operadoras do sistema nacional



Sibá Machado é do Núcleo Agrário do PT

de crédito rural. Além disso, os produtores que não utilizarem sementes transgênicas teriam direito a bônus de adimplência a ser fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A terceira emenda veda às instituições financeiras operadoras do sistema nacional de crédito rural aplicar recursos no financiamento da produção e plantio de variedades de soja em desacordo com a legislação em vigor.

Aelton Freitas homenageia ex-arcebispo

O senador Aelton Freitas (PL-MG) homenageou ontem a memória de dom Alexandre Gonçalves do Amaral, primeiro arcebispo de Uberaba (MG), falecido no ano passado. Destacando a presença em Plenário do atual arcebispo da cidade, dom Aloísio Roque Oppermann, e do bispo de Patos de Minas, dom João Bosco Oliver de Faria, o parlamentar apresentou dom Alexandre como grande intelectual, orador, catequista, jornalista e acadêmico.



Aelton Freitas lembrou atuação do religioso em Uberaba

Nascido em 1906, na cidade de Carmo da Mata, dom Alexandre Amaral foi nomeado quarto bispo da diocese de Uberaba em 1939, dez anos decorridos de sua ordenação, em Belo Horizonte. Com a criação das dioceses de Patos de Minas (1955) e de Uberlândia (1961), foi promovido a arcebispo metropolitano de Uberaba, em 1962.

Delcídio defende uso de gás natural em termelétrica

A inclusão do gás natural na matriz energética brasileira foi defendida, em discurso, pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ex-diretor da Petrobras, o parlamentar acredita que o uso do produto em termelétricas se mostra uma alternativa para evitar novos racionamentos de energia.

— O gás natural tem importante missão a cumprir no Brasil, seja pela substituição de energéticos mais caros ou mais poluentes, seja pela viabilização de usinas termelétricas — afirmou. Contestando as críticas dirigidas às termelétricas a gás, Delcídio assinalou que esse sistema representará um seguro nos perío-



Delcídio Amaral quer evitar novos racionamentos

dos de hidrologia desfavorável.

Com reservas mundiais semelhantes às do petróleo, o gás natural constitui “a grande solução para os desafios do crescimento sustentável”. Enquanto na Argentina e nos Estados Unidos esse combustível representa, respectivamente, 40% e 25% da matriz energética, sua utilização no Brasil ainda é inexpressiva. Apesar da parceria energética firmada com a Bolívia, o país arca hoje com prejuízo diário de US\$ 1 milhão, conforme revelou, por não consumir o gás boliviano importado.

Medidas provisórias devem ser votadas na terça-feira

A pauta do Senado Federal permanece obstruída, uma vez que o Plenário não votou na sessão deliberativa de ontem a medida provisória que regulamenta o futebol, equiparando as atividades dos clubes às das empresas. Também aguardam votação outras duas medidas provisórias: a que dispõe sobre a subvenção do governo federal a operações de crédito rural e a que permite a concessão de aposentadoria especial ao associado de cooperativa de trabalho ou de produção.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que não existem discordâncias

substanciais entre os partidos a respeito das medidas provisórias, e que há apenas pequenos pontos a serem acertados entre os líderes. O senador afirmou que as matérias devem ser votadas na próxima terça-feira, já que os trabalhos de hoje do Senado estarão concentrados na reunião, pela manhã, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e na audiência pública com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, à tarde.

O relator da MP do Futebol, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou na sessão de ontem seu relatório favorável à medida.

Eduardo sugere a Lula que mantenha programas de FHC

Senador ressalta que projetos sociais não têm dono, pois pertencem aos brasileiros, seus principais beneficiários

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) dirigiu ao presidente Lula da Silva um apelo no sentido de que sejam mantidos os programas sociais do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. “Os programas não têm dono, não têm pai, mas têm como grande beneficiário o povo brasileiro”, argumentou.

O senador observou que, com o apelo, não fazia nenhuma crítica ao programa Fome Zero, que considera fundamental, mas defendia a continuidade de ações como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Peti, que retirou milhares de crianças de lixões e canaviais no Brasil e as pôs na escola. “A não-renovação de convênios com prefeituras, por cortes de verbas, cancelamento de restos a pagar e contingenciamento orçamentário está comprometendo todos os programas sociais do governo anterior”, lamentou.

Eduardo Siqueira Campos elogiou o ministro extraordinário da Segurança Alimentar, José Graziano, a quem considera um homem de grande seriedade. “Ele teve um



Eduardo Siqueira Campos considera que contingenciamento compromete os programas sociais

momento infeliz, ao proferir a frase em que separou o país em eles e nós. Mas teve a grandeza e a humildade de pedir desculpas várias vezes à nação”, disse.

O senador citou ainda o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que teria classificado como “irônico e desrespeitoso” um pronunciamento que ele, Eduardo Siqueira Campos, fez no Congresso Brasileiro de Municípios. Nesse congresso, o senador disse que o ministro não poderá ser tão eficiente como foi como prefeito de Fortaleza e governador do Ceará porque 92% das verbas de sua pasta foram contingenciadas.

– Não houve ironia. Falei com franqueza e sou um admirador do ministro – disse o senador.

Eduardo Siqueira Campos acrescentou que gostaria que Ciro Gomes fosse específico quando diz que encontrou em sua pasta irregularidades que não resistem a um exame ético, por culpa do governo anterior. “Se há irregularidades, têm que ser trazidas à opinião pública, ou será um caso de prevaricação”, disse.

Ciro Gomes foi defendido pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), em aparte. Em outro aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) citou outros casos em que os cortes de restos a pagar e o contingenciamento prejudicaram programas municipais. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou o contingenciamento como arbitrário e antidemocrático.

Magno Malta (PL-ES) fez Siqueira Campos se emocionar, ao lembrar a infância pobre do colega, quando era forçado a ajudar o pai, o atual governador do Tocantins, Siqueira Campos, que era caminhoneiro.

Valmir Amaral quer proteger dados pessoais na Internet

As informações pessoais dos internautas podem ter sua privacidade assegurada por lei, se for aprovado projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) estabelecendo que os provedores de acesso, órgãos públicos, prestadores de serviço e



Valmir: estelionatários agem na rede mundial de computadores

outros que venham a receber informações de terceiros deverão preservar o sigilo desses dados.

O parlamentar afirma que o advento da Internet a tornou um instrumento para a livre troca de informações, mas ao mesmo tempo facilitou a violação da privacidade individual.

– Há que se estabelecer limites. Recentemente o sítio de empregos *Monster.com* anunciou que diversos estelionatários estavam se passando por empregadores em potencial com o intuito de

conseguir informações sobre as pessoas lá cadastradas”, afirma o senador em sua justificativa.

Valmir Amaral lembra também o caso da livreria virtual norte-americana *Amazon.com*, que esteve recentemente no centro de uma polêmica, quando vários de seus consumidores exigiram que seus dados pessoais fossem apagados de seus registros, para depois, descobrirem que isso não fora feito.

“É imprescindível que o Poder Legislativo atue rapidamente, exercendo seu papel essencial de atualizar o Direito positivo e adaptá-lo aos novos tempos, estendendo o manto protetor da lei sobre as pessoas e suas informações”, argumenta o senador do Distrito Federal.

Senadores debatem lesão medular com ministro da Saúde

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) convidando o ministro da Saúde, Humberto Costa, para audiência pública na comissão. O objetivo é discutir medidas de esclarecimento à população sobre como prevenir acidentes que causem lesão medular.

O requerimento prevê audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que tem competência para tratar assuntos relacionados à saúde, como lembraram os senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Ideli Salvatti (PT-SC). Outro requerimento terá que ser aprovado na CAS para confirmar a audiência conjunta.

Pavan, que foi vítima de acidente em um mergulho, informou que o Brasil gasta US\$ 2,5 milhões anuais tratando e reabilitando acidentados. Segundo disse, mil pessoas são vítimas do problema anualmente, a maioria jovens do sexo masculino.

Hélio Costa defende projeto que cria “juiz anônimo”

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) recebeu ontem a visita do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Baldino Maciel, a quem apresentou o projeto de lei de sua autoria que cria a instituição do “juiz anônimo”, instrumen-



Hélio Costa: mais segurança contra o crime organizado

to para dar mais segurança a juizes e promotores no combate ao crime organizado.

De acordo com Hélio Costa, a proposta não obriga os juizes a usarem o anonimato, apenas facultava essa possibilidade, criando “mais um instrumento de defesa

para o juiz, quando ele estiver decidindo uma questão que envolve uma figura do crime organizado”. Caberá aos tribunais regulamentar a lei.

Hélio Costa lembrou os recentes assassinatos de dois juizes – em Presidente Prudente (SP) e em Vila Velha (ES) – e elogiou o discurso do senador Magno Malta (PL-ES), pronunciado pouco antes do seu, no qual o representante capixaba arrolou medidas para o combate ao crime organizado, proposta pela CPI do narcotráfico no país.

Saturnino pede audiências regulares com os ministros

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) considerou oportuno o comparecimento de ministros e autoridades do governo ao Senado para prestar esclarecimentos sobre suas atividades e reivindicou que essas audiências sejam cíclicas, para que os senadores possam acompanhar o desenvolvimento das políticas de cada ministério.

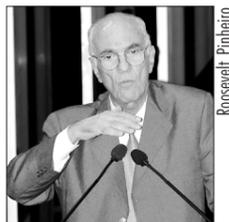
Sobre o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, ele comentou que gostaria de acompanhar de perto suas providências em relação à dinamização do porto de Sepetiba (RJ), o único com infraestrutura adequada para receber os grandes navios de carga:

– Furlan concordou comigo

quando disse que o porto precisava de melhores acessos rodoviários e ferroviários e expansão de terminais para se tornar o verdadeiro

porto de redistribuição de cargas no país e prometeu se empenhar para que o governo tomasse providências nesse sentido – observou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a necessidade das audiências com os ministros, pois os senadores têm o dever de fiscalizar as ações governamentais.



Saturnino quer acompanhar as ações dos ministros

Suplicy teme concentração de renda com Primeiro Emprego

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) advertiu o presidente Lula da Silva que a idéia de criar o Programa do Primeiro Emprego, com incentivo fiscal às empresas que contratam jovens desempregados, pode ser na verdade concentradora de renda e de riquezas:

– O crédito fiscal para quem contratasse um jovem por até dois salários mínimos seria de um salário mínimo. Os principais estudos sobre o tema mostram que o método mais eficiente é dar o crédito fiscal diretamente ao cidadão



Suplicy: crédito fiscal direto ao cidadão será mais eficaz

desempregado – disse Suplicy.

O senador explicou que a idéia de uma renda mínima para todos os brasileiros é um fator de crescimento da economia, pela inserção de uma grande quantidade de pessoas no mercado

de consumo – e crescimento da economia leva à criação de novos empregos. “Nos Estados Unidos, o chefe de família que não consegue ganhar US\$ 32 mil por ano recebe um complemento de renda, o que se tem mostrado de grande eficiência”, observou.

Renan anuncia acordo para iniciar a reforma tributária pelo Senado

Negociações com líder do PSDB, Arthur Virgílio, e do PFL, José Agripino, permitiram o entendimento. Reforma da Previdência deve começar pela Câmara e tramitar simultaneamente

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), anunciou em Plenário que fechou com os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), um acordo para possibilitar o início da tramitação da proposta de reforma tributária pelo Senado, em vez da Câmara dos Deputados. Dessa forma, explicou Renan, a reforma da Previdência Social começaria pela Câmara, de forma simultânea, o que permitiria mais rapidez e a aprovação das duas reformas ainda no primeiro semestre.



Para Renan, a reforma tributária é uma forma de justiça social

Renan, Agripino e Arthur Virgílio reuniram-se por duas horas na manhã de ontem, e o líder do

PMDB lembrou que a proposta de o Senado analisar em primeiro lugar a reforma tributária foi do próprio líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). “A reforma tributária é uma exigência da sociedade, das classes produtoras, dos políticos. É a forma de se obter justiça fiscal”, disse Renan.

O senador acha que o governo deveria também enviar um grande projeto de desenvolvimento regional para reduzir desigualdades e favorecer principalmente o Norte e o Nordeste. “Uma reforma tri-

butária deve trazer consigo justiça fiscal, maior eficiência para a economia e para as exportações, aumentar o número de contribuintes com o fim da informalidade, reduzir a sonegação, acabar com a cumulatividade de tributos, reduzir desigualdades sociais e regionais”, explicou.

O líder do PMDB ressaltou ainda que a reforma tributária é um aperfeiçoamento do pacto federativo, e nada mais justo do que iniciar sua tramitação pelo Senado, a Casa da Federação, da representação dos estados.



Sérgio Zambiasi sugeriu a Sarney que tome iniciativa de criar organismo mundial

Zambiasi propõe fórum parlamentar em busca da paz

Em busca de solução que possa acabar com a guerra no Iraque, e “considerando que a legitimidade conferida pelo voto popular é indissociável dos parlamentos”, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propôs ontem que a Presidência do Senado assumira a iniciativa de criar um fórum mundial de parlamentos para a paz. O senador disse que o fórum não competiria com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Zambiasi, o Brasil vive momento propício para liderar movimento com esse objetivo, pois temos um presidente da República que se posicionou contra o conflito no Iraque. Para ele, o presidente do Senado, José Sarney, conta com o prestígio e a visibilidade política necessários para avaliar e comandar essa iniciativa. “Considere, presidente, a oportunidade de convocar seus colegas de outros congressos para comporem este fórum”, sugeriu.

A proposta obteve ampla acolhida em Plenário, em que foi analisada por Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS), Duciomar Costa (PTB-PA), Marco Maciel (PFL-PE), Hélio Costa (PMDB-MG), Aloizio Mercadante (PT-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Fernando Bezerra (PTB-RN). O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que vai encaminhar à Comissão Diretora a “sugestão generosa e pacifista”, que também sensibilizará, “com certeza”, parlamentares do mundo inteiro.

PLEBISCITO

Representantes de 16 assembleias legislativas entregaram a José Sarney uma proposta de emenda à Constituição (PEC) destinada a transferir para esses legislativos a decisão sobre os plebiscitos realizados para a criação de municípios. Eles estavam acompanhados do senador Sérgio Zambiasi.

Fernando Bezerra apóia mudança na tramitação

O senador Fernando Bezerra (RN), líder do PTB, apoiou a proposta de se iniciar no Senado, em lugar da Câmara dos Deputados, a tramitação da reforma tributária. Fernando Bezerra disse considerar “muito importante” o início da tramitação da reforma tributária pelo Senado, já que, afirmou, isso possibilitará um ganho de tempo. Ele defendeu também que, junto dos projetos que tratam dessa reforma, sejam discutidas as propostas de desenvolvimento regional.

– Defendo que devemos discutir o desenvolvimento regional juntamente com a estrutura tributária que adotaremos no país – disse, acrescentando que o Brasil não pode mais conviver com



Fernando Bezerra destaca que medida permite ganhar tempo

distorções tão grandes entre as regiões Sul e Sudeste e as regiões Nordeste, Norte e, “por que não dizer”, Centro-Oeste.

O parlamentar afirmou esperar que a discussão se faça “da maneira mais rápida possível”, dando ao país possibilidade de desenvolver e acabar com “tantas injustiças sociais a que somos acometidos”. Entre os itens que devem nortear a reforma tributária, Fernando Bezerra elencou a “simplificação de impostos, a desoneração das exportações e a redução da sonegação”.

Para o senador, esse é o momento de o Senado dar sua contribuição, dividindo suas funções com a Câmara dos Deputados.

Marco Maciel apresenta proposta que altera ICMS

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou ontem ao Plenário proposta de emenda à Constituição que reformula o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, e proíbe a concessão de novos incentivos fiscais.

Com a assinatura de senadores inclusive do PMDB e do PSDB, o projeto tenta colocar fim à chamada “guerra fiscal” entre os estados e é apresentada, antes de chegar ao Congresso, a proposta de mudança tributária pretendida pelo governo Lula.

O projeto determina que o Congresso terá de votar lei complementar sobre o assunto, e existirá no país apenas um regulamento



Maciel também propõe proibição de novos incentivos fiscais

para o ICMS – hoje, cada estado tem uma regulamentação diferente. Além disso, as dezenas de alíquotas diferentes do imposto serão reduzidas para apenas cinco, as quais têm de ser aprovadas pelo Senado Federal. Os atuais incentivos fiscais concedidos pelos estados

serão extintos em 31 de dezembro de 2013, mesma data em que acabam os incentivos concedidos na Zona Franca de Manaus.

A proposta de emenda constitucional apresentada por Maciel proíbe a cobrança de ICMS sobre a exportação de mercadorias para o exterior. Também impede a taxação de energia elétrica, petróleo e outros combustíveis nas operações entre estados.

Jornalistas depõem hoje sobre escuta ilegal

Está marcada para as 10h de hoje a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar destinada a depoimento dos jornalistas Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha da revista *IstoÉ*. Eles foram os autores da reportagem, publicada em fevereiro passado, que denunciou a existên-

cia de um esquema de instalação de escutas telefônicas clandestinas em mais de duas centenas de números de telefones na Bahia.

O pedido para ouvir os jornalistas foi feito pelo relator do caso no conselho, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). A expectativa dos integrantes do con-

selho é que o relato dos jornalistas esclareça as circunstâncias em que a matéria foi apurada e, principalmente, se existem elementos que indiquem uma possível participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio. Para tanto, o colegiado está realizando uma sindicância,

já tendo ouvido o delegado responsável pelo inquérito na Polícia Federal, Gesival de Souza.

Sibá Machado (PT-AC), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Heloísa Helena (PT-AL) anunciaram requerimento solicitando o depoimento de outras pessoas arroladas na investigação.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Heráclito Fortes, Garibaldi Alves e Magno Malta e pela senadora Iris de Araújo